

## **O ASSENTAMENTO CONTESTADO NA LAPA (PR): considerações a partir de um viés acerca do desenvolvimento territorial local**

Eliane Netrebka Ramos<sup>1</sup>  
Celbo Antonio Ramos da Fonseca Rosas<sup>2</sup>

### **Resumo**

São apresentados dados de pesquisa do grupo de estudos GEGATE, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, num texto que analisa elementos do processo de territorialização no Assentamento do Contestado, na Lapa (PR). Parte do Programa da Reforma Agrária, o local vem se destacando por um projeto de desenvolvimento local baseado na Agroecologia e no cooperativismo. Os agricultores familiares, integrantes do MST e da Cooperativa Terra Livre, representam exemplo de protagonismo social numa rede territorial intermediada pelo acesso às políticas públicas (PAA e o PNAE). O objetivo é perceber como vem se configurando o processo de territorialização desses agricultores familiares, refletindo-se sobre novas possibilidades de análise e sentidos à ideia de desenvolvimento. Num discurso sociológico e dialético, destaca-se um modelo no qual confiança, solidariedade, autonomia, respeito ao meio ambiente são elementos cruciais e estratégicos de resistência e de visibilidade social ao sistema dominante.

**Palavras-chave:** Assentamento Contestado, Reforma Agrária, Desenvolvimento.

### **Introdução**

Os impactos dos efeitos da organização do sistema capitalista nas sociedades é um assunto que chama a atenção dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. São esforços que se tornam relevantes por representar possibilidades de trazer à tona questionamentos sobre os processos de estruturação que servem de base para as relações sociais praticadas nas diversas dimensões da vida humana. Toma-se como um discurso, portanto, que ressalta a complexidade das relações desenvolvidas nos processos de produção e reprodução humana nas dinâmicas das apropriações espaciais. Sendo assim o texto apresentado é um desses esforços em refletir sobre o conceito de desenvolvimento numa percepção crítica ao modelo que vem sendo praticado e oferecido como a única opção de sucesso, que historicamente representa o liberalismo em que a individualidade é a protagonista da prática de acumulação e do lucro a qualquer preço. Produto de uma sociedade moderna, os territórios indicavam “fronteiras mais definidas e um mesmo padrão de

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Ponta Grossa – linetrebka@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa – celboantonio@uepg.br.

ordenamento territorial, o do Estado-nação, efetivamente territorial das sociedades pré-modernas” (HAESBAERT, 2016, p. 151). De acordo com Cunha (1998, p. 100),

A espacialidade tradicional no capitalismo é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação sócio-ambiental das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução de pequenas cidades, da modernização predatória dos campos, e é assentada nela que se reproduz o sistema.

O progresso e o desenvolvimento que indicava um caminho a ser seguido por todos aqueles que aspirassem riqueza e sucesso econômico é, pois, uma condição da modernidade, que genericamente nos faz pensar em ações que não levava em conta as características genealógicas das regiões em que propunha seus processos de dominação. Sendo assim o aporte teórico que embasa esta discussão se dá no sentido de que as especificidades de uma localidade são primordiais para os projetos de desenvolvimentos locais, o que denominamos aqui como “Desenvolvimento Territorial Local”.

O texto que se apresenta é então uma proposta de discussão sobre de que forma vem se configurando o processo de territorialização no Assentamento Contestado na Lapa – PR, destacando-se o protagonismo dos sujeitos e suas relações com o Estado e outros setores da sociedade. Nesse sentido será apresentado um breve histórico e a atual configuração socioespacial da população local, representando parte dos estudos que vem sendo desenvolvido pelo GEGATE (Grupo de Estudos da Geografia Agrária e Territórios) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Será destaca a produção agroecológica que vem sido desenvolvida no assentamento enquanto uma estratégia de inserção ao mercado capitalista, significando um mecanismo de afirmação social e de luta pela autonomia econômica. As atividades são mediadas pela Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, que comercializa a produção dos cooperados e media o processo de participação às políticas públicas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

A metodologia empregada é feita a partir de estudos teóricos e de resultados obtidos junto aos assentados entrevistados em pesquisas de campo realizadas em 2016 pelos integrantes do GEGATE. Outras informações foram obtidas de fontes secundárias, como sites oficiais e representantes do movimento, numa abordagem relacional e dialética, considerando-se a multidimensionalidade territorial dos sujeitos em suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Através dos estudos teóricos e de dados primários iniciais sistematizados destaca-se o papel da Cooperativa Terra Livre, implantada no Assentamento Contestado enquanto elemento importante e estrutural da organização do grupo. Mais que um importante elo da cadeia produtiva e de comercialização da produção local representa ainda uma porta de acesso às políticas federais de inclusão social, que a partir da prática agroecológica e do acesso às políticas públicas podem significar a defesa de uma ideologia numa proposta de resistência a um sistema dominante.

### **O Assentamento na Lapa – PR e a proposta agroecológica**

Este trabalho busca evidenciar o protagonismo dos sujeitos sociais que se estabeleceram na região da Lapa – PR a partir de um processo de ocupação de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST. Essa área antigamente era uma grande propriedade pertencente ao Barão do Serro Azul, mais tarde adquirida pelo Grupo Incepa, cujas atividades econômicas relacionavam-se à produção de cerâmicas. A área havia sido adquirida pelo potencial das plantações de eucalipto que ali havia, representando matéria-prima para lenha e importante elemento na época para secagem da produção. De acordo com informações obtidas pelos atuais habitantes do assentamento, essas terras foram consideradas devolutas e em 1999 foram ocupadas por trinta famílias integrantes e agricultores do MST num processo pacífico que reivindicou a terra para a reforma agrária, e que culminou com o Assentamento liberado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) meses depois, em 29/11/2000. Atualmente cerca de 150 famílias ocupam uma área de 3.228 hectares, sendo divididos em 10 núcleos.

De acordo com o Incra (2017, s/p), na prática a reforma agrária no Brasil deve priorizar alguns dos elementos discutidos neste artigo, no sentido de que objetiva-se a “implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial”.

Desconcentração e democratização da estrutura fundiária; Produção de alimentos básicos; Geração de ocupação e renda; Combate à fome e à miséria; Interiorização dos serviços públicos básicos; Redução da migração campo-cidade; Promoção da cidadania e da justiça social; Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; Democratização das estruturas de poder (INCRA, 2017, p. 1).

De acordo com o Incra, a reforma agrária no Brasil envolve a criação de 9.369 assentamentos rurais, representando uma área de 88.444.692 hectares e 973.610 famílias assentadas (INCRA, 2017).

A partir de dados obtidos no Incra e atualizados em agosto de 2017, verificou-se que atualmente existem 329 assentamentos no Paraná, nos quais 18.777 famílias ocupam uma área de 429.771,28 hectares de terra. Segundo dados do Incra, o primeiro assentamento do programa de reforma agrária no Paraná, foi no município de Arapoti em 1981, com capacidade para 413 famílias, mas atualmente apenas 15 famílias encontram-se assentados naquela localidade. Na tabela 1 são apresentados alguns dados referentes às políticas públicas oferecidas aos assentados.

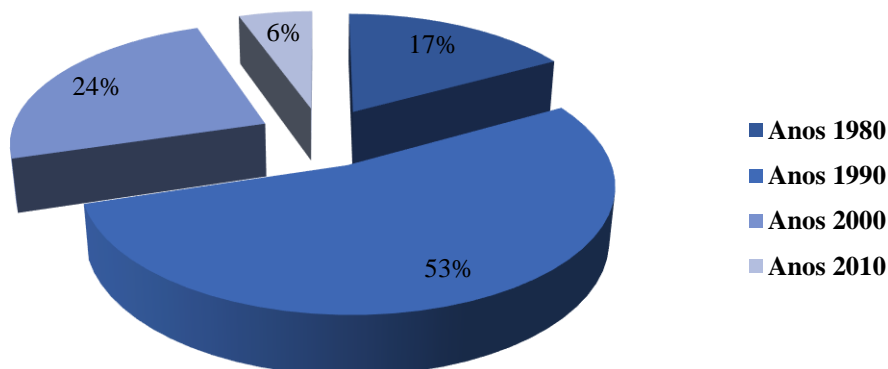
	<b>Nº famílias assentadas e beneficiadas no PR</b>	<b>Atualização de dados</b>
<b>Bolsa família</b>	6.056	01/04/2016
<b>Minha Casa Minha Vida</b>	100	01/01/2016
<b>Bolsa Verde</b>	277	21/11/2016
<b>PAA</b>	473	31/12/2015

**Tabela 1: síntese de informações sobre políticas públicas aos assentados no PR.**

Fonte: BRASIL, Incra. Reforma Agrária. Disponível em < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 10 set. 2017.

É possível observar no gráfico 1 que o histórico de criação de assentamentos no Paraná a partir da década de 1980, teve seu ápice entre os anos 1990 a 2009. A partir de 2010 foram identificados a criação de apenas 18 novos assentamentos. A apresentação dos dados referentes à reforma agrária no Paraná se dá no sentido de trazer elementos sobre o processo de estruturação das áreas assentadas no estado. Trata-se, portanto, de aspectos a serem discutidos em trabalhos futuros, mas que refletem a complexidade acerca das relações diversas que envolvem a temática.

### CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO PR



**Gráfico 1: Análise da criação de assentamentos na Superintendência Regional do Incra no PR.**  
 Fonte: BRASIL, Incra. Superintendência Regional do Paraná – SR 09. Assentamentos: informações gerais. Organização: NETREBKA RAMOS, Eliane, 2017.

Localizado na região sul do Estado do Paraná, o Assentamento do Contestado situa-se a 70 km de Curitiba e caracteriza-se por um modelo organizacional que se destaca pelo empreendimento das ações que prezam pelo desenvolvimento dos diversos âmbitos de produção e reprodução humana. O projeto do desenvolvimento local ali idealizado, e que se apresenta como um elemento genealógico e cujo trabalho pode ser observado nos esforços coletivos do local, faz referência à prática da agroecologia, podendo ser visto como um laboratório em que se “desenvolve experimentos nas áreas de educação, saúde, agricultura, organização coletiva e trabalho cooperativo” (TORINELLI, 2016).

É preciso tentar entender como os sistemas sociais se organizam no tempo e no espaço, em que tempo e espaço não são meros “suportes de estratégias racionalizadoras de natureza geral e imanente” (REIS, 2010, p. 222). Dessa forma considera-se que existe sempre uma lógica definitiva que conduziria os sistemas de organização dos processos de produção que em tese definiriam os rumos de desenvolvimento das regiões. Entender então a trajetória do MST e do grupo que ali se instalou é o ponto de partida para uma análise, mesmo que superficial, da experiência social e reticular que vem sido desenvolvida. Tempo e espaço devem ser pensados então enquanto elementos que condicionam ações de interatividade e cooperação entre os sujeitos, nas situações em que a co-presença são determinantes para se traçar ações que envolvam diferentes atores sociais. A proposta de leitura contextualizada, em

que lugares não podem ser vistos apenas como cenários de ação humana, mas pensar em todo processo de apropriação humana daquele espaço e na natureza no decorrer do tempo é de extremo valor para se compreender a constituição social daquela região (REIS, 2010).

Segundo Torinelli (2016), atualmente são 80 famílias que ali desenvolvem a agricultura agroecológica, cuja produção é certificada pela Cooperativa Terra Livre, que juntamente com outros produtores locais somam em média 250 cooperados. Para Abramovay (2000), essa cooperação planejada entre a partes ajuda a resolver os problemas, cujos acordos são percebidos como colaboração mútua, em que se pode considerar que se todos os sujeitos se ajudando todos saem ganhando.

Conforme pode ser verificado nas pesquisas realizadas pelo GEGATE, na comunidade vem ocorrendo um processo de transição agroecológica, pois 80 % dos agricultores familiares migraram da produção convencional para a agroecologia. Isso pode significar que o sucesso da prática e os retornos obtidos a partir da sua comercialização vêm despertando o interesse daqueles que ainda utilizavam a agricultura convencional. As entrevistas realizadas junto aos assentados revelaram que para esses sujeitos sociais, a renda extra adquirida com a produção agroecológica complementa outras necessidades básicas, mas que no entanto, o reconhecimento da importância dessa prática vai além da obtenção de uma alimentação saudável, que se refletem nas relações familiares e entre os membros da comunidade.

A escolha pela prática agroecológica representa uma necessidade de regeneração e preservação da fertilidade do solo, ao se pensar na saúde do meio ambiente como um todo, enquanto uma resposta às possibilidades de cultivos sustentáveis livres de insumos químicos e agrotóxicos. Conforme pode ser verificado nas práticas realizadas no assentamento Contestado, são testados métodos naturais de controle de pragas e insetos que possam prejudicar a produção das hortas ali desenvolvidas, assim como técnicas naturais de adubação e rotação de culturas. Ali a policultura e a agrofloresta são resultado da observação do ciclo natural do lugar, que trouxeram como consequência a recuperação de minas de água e de ervas nativas que auxiliam também na alimentação e em tratamentos de saúde na localidade. Essa interação entre homem e natureza é percebida nas entrevistas realizadas durante as etapas da pesquisa, ilustrando a realização que os sujeitos sentem pelos progressos ali conquistados.

Ainda nesse sentido pode-se ressaltar que não depender de insumos externos representa benefício maior ainda ao agricultor familiar, por aumentar o valor agregado ao



produto, conservando-se os recursos naturais e aumentando a renda dos produtores (SOARES; CAVALCANTE; JUNIOR, 2007). A busca pelo equilíbrio ecológico dos ecossistemas agrícolas e pela conservação da biodiversidade na agricultura resulta na produção sustentável através da agroecologia (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). O planejamento de produções combinadas a partir do policultivo em uma mesma área traz o melhor aproveitamento dos recursos como a água e dos nutrientes presentes no solo, aumentando assim a produtividade e dinamizando a produção local (ALTIERI, 2004).

Em parceria com a Escola Latino Americana, em pesquisas técnicas amparadas por agrônomos e outros profissionais, são realizadas experiências que visam a preservação dos nutrientes benéficos, investindo-se na recuperação e no fortalecimento do solo a partir de processos de adubação orgânica como compostagem, “paiada”, adubo foliar, esterco e camas de aves. Uma das formas de se controlar pragas é a plantação entre as culturas de ervas medicinais que têm a função de espantar insetos que possam prejudicar a produção. São realizadas ainda plantações de eucalipto e temperos diversos, que podem ser eventualmente comercializados futuramente e aumentar a renda dos assentados.

A pesquisa do GEGATE listou mais de trinta tipos de alimentos orgânicos produzidos no local, que incluem verduras, legumes e frutas diversas. A atividade pecuária inclui criação de galinhas, porcos, gado leiteiro e peixes, que além de serem consumidos pelos assentados contribuem para a renda das famílias.

A Cooperativa Terra Livre iniciou suas atividades em abril de 2010, comercializando a produção dos cooperados, possibilitando ainda que os associados possam ter acesso às políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar oferecidas pelo Governo Federal. O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam na discussão proposta sobre o desenvolvimento territorial local uma relação entre os sujeitos locais e o Estado, enquanto uma possibilidade de renda garantida e de resistência ao modelo capitalista que destaca os grandes empreendimentos praticados pela agricultura convencional no Brasil. Para Cunha (2006) as políticas públicas para a agricultura familiar é um exemplo de concepção de desenvolvimento territorial, por valorizar as potencialidades locais e por inserir os agricultores enquanto atores sociais. Dados obtidos indicam que dos 266 cooperados, 25 % são jovens agricultores que fizeram opção por permanecer no espaço rural, significando um dado expressivo para análise dos processos de autonomia e de emancipação dos sujeitos diante do sistema dominante.

O PAA é uma política pública criada em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva através da Lei nº 10.696, que em seu artigo 19 trata de processos de aquisição de alimentos sem licitação, beneficiando assim agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. O PAA faz parte do Projeto Fome Zero e é destinado a financiar a mediação, através de cooperativas, entre agricultores familiares e entidades e instituições sociais que visem amparar cidadãos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social (PARANÁ, 2017). Instituições públicas podem assim realizar transações comerciais, num processo rápido e desburocratizado, de alimentos produzidos na região por agricultores familiares a serem utilizados para pessoas necessitadas. É um programa relacionado à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à fome (MDS), ligado diretamente às situações que podem ser caracterizadas como de insegurança alimentar, podendo contribuir ainda para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país (MDS, 2017).

O PNAE foi criado no Brasil em 1955, mas, através da Lei nº 11.947/2009 em 2009, sofreu alteração, passando a considerar que 30 % de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à alimentação escolar devem ser gastos com a compra da produção de agricultores familiares, incrementando assim a merenda escolar das escolas da rede pública de ensino (FNDE, 2017).

Essas políticas públicas podem levar à produção de benefícios em três esferas em que agricultor familiar, alunos e governos municipais integram uma rede atendendo a interesses diversos, mas que contribuem para o desenvolvimento de setores importantes da nossa sociedade, com a oferta de uma alimentação saudável que dinamiza o processo de aprendizagem nas escolas ao mesmo tempo em que valoriza a produção local em suas especificidades naturais e culturais (frutas da época e nativas que atendem plenamente o mercado local), contribuindo para a geração de renda, combatendo o desemprego e aumentando o fluxo econômico na região, num ciclo em que todos os atores sociais acabam ganhando.

O beneficiamento dos produtos cultivados no Assentamento através da Cooperativa Terra Livre permite ainda agregar valor aos produtos, com a produção de polpas de frutas congeladas, alimentos embalados e picados a vácuo, queijos, compotas, pães, etc. Além da comercialização dos alimentos *in natura*, a diversificação proveniente de novas máquinas à Cooperativa garante aumento de renda e reforça os mecanismos de inserção no mercado



consumidor, ao apresentar produtos diferenciados com selo de qualidade e certificação agroecológica.

As informações obtidas no local sugerem que praticamente tudo o que se consome no local é produzido dentro do território do assentamento, caracterizando-se pela diversidade e qualidade dos produtos ali cultivados, sendo que a renda extra é utilizada para a melhoria da produção (compra de adubo orgânico e calcário) ou bens diversos (reformas das moradias, aquisição de roupas, calçados, lazer, materiais escolares, por exemplo.).

A prática agroecológica no local pode ser entendida como causa e consequência de um processo emancipatório de construção social que busca o desenvolvimento dos sujeitos nos diversos âmbitos da vida humana.

A agroecologia é divulgada por vezes como uma agricultura sustentável, ou simplesmente trata de como manejar responsavelmente os recursos naturais. Na verdade, ela deve ser definida como uma nova ciência em construção como um paradigma, de cujos princípios e bases epistemológicas nasce a convicção de que é possível reorientar os cursos alterados dos processos de uso e de forma a ampliar a inclusão social, reduzir danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional com a oferta de alimentos saudáveis para todos os brasileiros (CAPORAL, 2009, p. 12).

A forma como essa sociedade vem estruturando a organização do sistema produtivo local é aqui entendida como uma resistência ao capitalismo, numa proposta de construção de um novo paradigma de que é possível um projeto de desenvolvimento que supera aquela visão setorial criticada por Cunha (2006). De acordo com Peet (2007), existe uma crença de que o sistema capitalista em suas ideias de livre mercado e livre concorrência são modelos mágicos cujo destino é o crescimento econômico. Mas pode ser entendida também como uma discussão acerca da forma como o sistema manipula as reservas de mão-de-obra e direciona as práticas que vem sido empreendidas pelo mundo afora, inchando cada vez os problemas sociais e produzindo níveis de desigualdade alarmantes. Os modelos de produção, as relações entre Estado e capital privado, as táticas de inserção no mercado globalizado mascaram uma realidade e um pensamento de que o crescimento econômico seria a única possibilidade de combate à pobreza mundial (PEET, 2007).

Segundo Capitani (2015) faz parte da ideologia do MST a produção de alimentos que supere a fome do mundo, numa crítica à monocultura e ao uso de agrotóxicos, defendendo-se ainda o engajamento político e a busca por práticas alternativas que respeitem a natureza e pelo aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, o que permite refletir sobre formas alternativas de

protagonismo social a partir da implantação de uma rede de setores cujo engajamento político e econômico podem ser significativos nos processos de autonomia e emancipação de grupos marginalizados.

### **Um olhar sobre o desenvolvimento territorial**

O território é aqui entendido como um conceito da Geografia que trata das relações de poder estabelecidas em dada localidade em suas diversas dimensões e escalas, caracterizando-se pelo dinamismo que sugere processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização. (HAESBAERT, 2016). Entende-se que os sujeitos são atravessados por diferentes experiências, nas quais as temporalidades diversas são fatores que influenciam suas percepções e reações, provocando movimentos que definem os processos de apropriação dos espaços. Conforme Abramovay (1998, apud CUNHA, 2006, p. 276), ao refletir sobre o desenvolvimento territorial, utiliza-se o conceito de território “pela trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

Para Reis (2010), em relação à ideia de desenvolvimento, existem discussões que vem considerando as relações sujeitos, trabalho e condições de um determinado lugar, contrariando de certa forma o modo natural ou secularizado como os sistemas de produção capitalista vem historicamente se desenvolvendo. Supõe dizer que não significa que a organização como o capital vem desenrolando não seja fator de desenvolvimento, mas que é preciso somar às formas de organização espacial também processos cooperativos de outros agentes incorporando outros tipos de funções no sentido de se pensar um desenvolvimento pleno local, territorial.

O conceito de desenvolvimento aqui proposto é crítico e propõe um constante repensar sobre seus significados. Para Peet (2007) o problema não é descartar este conceito ao se refletir sobre o modelo capitalista e suas consequências no mundo atual enquanto produtor de desigualdades, pobreza e miséria, enquanto uma crítica pós-desenvolvimentista. Peet (2007) destaca que a modernidade trouxe elementos como democracia, emancipação, desenvolvimento e progresso, que ao serem incorporados pelo capitalismo teriam sido corrompidos, mas que é possível não abandonar esses ideais, mas dotá-los de outros significados. A proposta de Peet (2007) é um desenvolvimento crítico que atenda aos demais sujeitos até então oprimidos pelo sistema: camponeses, mulheres, indígenas, trabalhadores,

negros, etc., já que representam número expressivamente maior que a minoria opositora. Para Peet (2007) a busca por soluções deve vir de uma abertura às necessidades compartilhadas pelos próprios sujeitos, numa espécie de desenvolvimentismo popular. Pode ser entendido como um chamado a se repensar sobre a própria posição de intelectuais que poderiam trabalhar pelas classes desamparadas, a proposta é que “economia, desenvolvimento, relações rurais-urbanas devem ser repensadas sob um imaginário econômico diferente se quisermos ter um mundo com justiça social” (PEET, 2007, p. 36).

Segundo Cunha (1998), parte do trabalho dos geógrafos deve ser uma visão prospectiva sobre os processos de ocupação humana dos espaços, em olhares críticos e que defendam projetos socioespaciais de desenvolvimento. A industrialização e a ideia de que traz apenas o progresso é algo a ser repensado ao se refletir sobre a produção da pobreza e do grande contingente excluído do projeto de desenvolvimento que vem sendo empreendido nos séculos que sucederam a Revolução Industrial. Cunha (1998) refere-se a esse processo de produção de pobreza como uma disfunção social, em que o desemprego se configura um problema estrutural resultado de projetos tecnológicos em que a qualificação é critério para o enquadramento social. Os sujeitos sociais que não cabem no modelo (num cenário que se caracteriza ainda pela carência de empreendimentos na educação, saúde, moradia, enquanto elementos essenciais à dignidade humana) constituem a grande massa marginalizada tanto nos espaços rurais quanto urbanos.

Para Reis (2010) é relevante pensar os aspectos de participação das formas locais na organização dos processos de produção quando se tratam de economias periféricas, considerando-se três fatores: i – o Estado, enquanto elemento de regulamentação econômica; ii – a caracterização da força de trabalho local; iii – a natureza dos processos de intensificação processual econômica;

O projeto coletivo desenvolvido no assentamento Contestado, intermediado pelas ações do poder público, no Projeto da Reforma Agrária e no acesso à participação de renda oferecida pelo PAA e PNAE representam resultados de ações práticas concretas que definem a mobilização de recursos apresentado por Reis (2010), que podem ser materiais, culturais e simbólicos.

Souza (1996) ao discutir os sentidos da palavra "desenvolvimento" reflete sobre a carga axiológica que envolve o termo, nos convidando a pensar sobre os termos éticos e filosóficos que o caracterizam. Ao apresentar alguns apontamentos sobre as limitações

epistemológicas e metodológicas acerca da ideia de desenvolvimento, propõe o abandono ou a formulação de críticas construtivas que incorporem a experiência humana moderna acumulada, no sentido de oferecer novos olhares para a problemática que a palavra carrega consigo. Sua proposta é uma visão renovada da ideia de desenvolvimento, em que a ideia de aprimoração do conceito esteja direcionada ao bem de todos e não de uma parcela da sociedade.

Cunha (1998) explica que a questão é pensar o desenvolvimento, considerando-se alternativas de inclusão social e de apoderamento aos sujeitos, resultado de projetos espaciais em que a recooperação social, em que a integração aos moldes do capitalismo possa representar experiências de autonomia econômica. Sobre a “economia da dispersão”, Cunha (1998) ressalta que é possível a articulação dos setores a partir de uma ruralização, controlando-se assim um movimento que vem sendo praticado pelas populações em direção aos grandes centros metropolitanos e que engrossa assim os números dos diversos problemas sociais que podem ser identificados como desemprego, aumento da violência, moradias irregulares, falta de escolas, acesso aos meios de saúde, etc. Trata-se, portanto, da concentração de esforços que impeçam novas aglomerações nas grandes cidades, a partir de estratégias que supram as necessidades dos cidadãos das médias e pequenas cidades em empreendimentos diferenciados em conjunto com vários setores que compõem essas sociedades.

O paradigma moderno do desenvolvimento intensificado pela Revolução Industrial, com as transformações nas relações de poder que se refletiram diretamente sobre os processos de apropriação dos espaços e nas relações socioeconômicas de grande parte da população mundial, não representa uma visão emancipadora do progresso econômico se analisarmos sob o viés da justiça social. Os projetos setoriais representam a fragmentação da realidade (CUNHA, 2006), já que são de interesses apenas daqueles que detém o capital. A própria ideia de que a agricultura está subordinada à industrialização é uma concepção setorial que considera a dicotomia entre indústria e agricultura, qualificando-a enquanto motor básico do desenvolvimento econômico (CUNHA, 2006). Reis (2010) ressalta que geralmente as economias periféricas tendem a seguir modelos de desenvolvimento global, tendo como base os modelos das economias centrais. Mas se as estruturas contêm especificidades, entende-se que cada caso é um caso, e que o que serve para um lugar não serve para outro, porque o processo de estruturação apresenta uma trajetória diferenciada.

Reis (2010) coloca que convém entender através de quem e como se dão os processos de mediação dos processos sequenciais, dessa continuidade material cooperativa e que define as trajetórias estruturantes a partir de alguns aspectos que merecem ser destacados: i) os projetos institucionais dominantes que provocam impactos nas relações sociais de um lugar; ii) os processos de produção e distribuição relacionados aos processos de sociabilização e cultura; iii) os processos de produção e distribuição implícitas na divisão social do trabalho; iv) a importância da mediação no processo de estruturação nos âmbitos locais; v) as formas entre as práticas e a estrutura social no processo dialético entre mediação e estruturação; vi) as relações entre o global e o local em que autonomias locais devem ser exploradas.

Para Souza (1996), nessa relação entre global e local alguns pontos devem ser refletidos ao se pensar na ideia de desenvolvimento, como o respeito à alteridade humana, ao se considerar as margens de manobra para a defesa da qualidade de vida e identidade cultural, à autonomia e liberdade de ação. Souza (1996) afirma que o espaço, enquanto um produto social, deve ser visto enquanto um apoio para a vida na sociedade, e ao mesmo tempo agente viabilizador de projetos humanos de alcance tanto materiais quanto simbólicos.

O desenvolvimento territorial pode então ser fruto de uma busca pela autonomia conjunta que representa o movimento de luta pela afirmação social e resistência ao sistema capitalista. É possível aqui citar outra questão de interesse das discussões, o paradigma da Reforma Agrária, que trata das considerações sobre a resistência camponesa e do que significa ser camponês enquanto modelo de produção e reprodução social na atualidade. A proposta de Souza (1996) de descentralizar soluções coloca o pesquisador enquanto agente social nesse processo de alargamento das discussões sobre os modelos de desenvolvimento, já que mesmo dentro de países desenvolvidos é possível destacar elementos representativos de imperfeição social.

Para Reis (2010), conhecer os contextos e as lógicas estruturantes é uma forma de investir em projetos que sejam efetivamente adequados para cada região, não sendo possível estabelecer modelos definitivos que garantam empreendimentos e experiências de sucesso a todos os lugares e regiões. O projeto agroecológico praticado no assentamento Contestado pode ilustrar a ideia de mediação espacial, conforme pode ser atestado na descrição da sessão anterior que apresenta características sócio econômicas do objeto de estudo proposto.

É quanto às formas de organização produtiva e quanto aos modos de mobilização da força de trabalho, no quadro de certas práticas de reprodução social, ou de certos



papéis dos agentes ' institucionais locais, que interessa analisar estes processos de mediação espacial inscritos a nível local (REIS, 2010, p. 227).

A observação realizada ao assentamento Contestado destaca a possibilidade de recuperação da ideia do modo de vida camponês dentro de uma lógica capitalista, que se configurou na predominância dos interesses setoriais e no individualismo pregado pela modernidade consolidada como um modelo de desenvolvimento. A organização política e social existente no grupo desde o início da ocupação, dentro da ideologia do MST de luta pela terra e direitos à cidadania plena, reforçadas a partir das conquistas que a prática agroecológica local vem representando nas relações de produção, reflete nos comportamentos observados no grupo estudado. Os integrantes afirmam que ao compartilharem junto aos companheiros o sucesso da produção agroecológica, cada vez mais agricultores são cooptados pela proposta alternativa de produção. Esse processo de confiança que vem sendo estabelecido, de incluir mais cooperados nesse projeto de desenvolvimento fortalece o grupo e a ideologia ali vivenciada.

A cooperativa Terra Livre, enquanto elemento viabilizador da inserção no mercado e de acesso às políticas públicas do Estado, seria um mecanismo de representatividade do grupo nas demais esferas da sociedade, que pode ser visto também como um elo entre os agricultores e a sociedade em geral.

### **Algumas considerações**

A luta pela terra representada pelos integrantes do MST, e a reivindicação pela reforma agrária que devolva a dignidade do homem do campo que muitas vezes foi expulso da terra por condições diversas, como pela falta de uma organização que garantisse sua identidade camponesa, simboliza a construção de um movimento político crítico e mediador que pode levar à projetos de estruturação social que viabilizem processos dinâmicos de desenvolvimento territoriais locais. É lógico que o caso aqui apresentado do Assentamento Contestado não representa todos os modelos de assentamentos praticados pelo país, mas sim a possibilidade de que pode dar certo diante do protagonismo político e consciente de seus integrantes. Os contextos diversos que se espalham pelo país esbarram certamente em modelos de governos municipais que muitas vezes não representam canais de efetivação das políticas públicas, assim como mercados consumidores e seus organismos de regulamentação

podem representar empecilhos de ação, e sem falarmos ainda de uma sociedade “distraída” que caminha e legitima discursos globalizantes do poder do capital em detrimento da vida e da dignidade humana.

Enquanto um esforço intelectual que busca dar destaque ao processo de territorialização dos assentados no assentamento Contestado na Lapa (PR), buscou-se responder àquele chamado proposto por Peet (2007), de partir em busca de engrossar as fileiras dos que lutam por um novo imaginário de desenvolvimento. Mesmo não apresentando novas ideias, o objetivo era apresentar o movimento de luta de um grupo que vem se destacando na região pelo protagonismo social e interação com outros setores da sociedade, fortalecendo assim a ideia de um desenvolvimento territorial local.

A experiência que vem sendo desenvolvida no assentamento Contestado, não só pela excelência que caracteriza a produção agroecológica no local e que ilustra o desenvolvimento econômico e político, mas a união do grupo em torno da estruturação de outros aspectos necessários para o desenvolvimento humano, como moradia, educação, preservação cultural. Os agricultores ao valorizar a relação com os centros universitários (a Escola de Agroecologia Latino Americana e as redes de pesquisa com outras instituições), com a implantação de escolas dos diversos níveis de educação, relatam que o retorno de profissionais formados que partiram para qualificação profissional fora dali podem representar o engajamento dos sujeitos com a ideologia compartilhada pelo grupo. Professores, técnicos e engenheiros agrônomos, advogados, jornalistas são alguns exemplos de referências citadas na pesquisa, como filhos de agricultores que voltaram para engrossar o movimento e defender o projeto ali desenvolvido.

Essa informação vem ao encontro com uma das conclusões de Abramovay (2000) sobre a manutenção de pessoal qualificado no campo comprometido com a ideia de um desenvolvimento territorial rural em que o rural não é visto apenas como sustentação para a atividade industrial. Segundo essa ideia migrar para a cidade não irá resolver o problema da fome e da miséria, pelo contrário, essa condição fortalece os números alarmantes dos problemas dos grandes centros urbanos do mundo.

Ainda que de forma simbólica, as políticas públicas oferecidas pelo governo federal aos agricultores familiares têm um papel que possibilita visibilidade a esse grupo social. O aspecto da mediação discutido na proposta do texto é constituinte de uma rede de ações e aceitações positivas que fortalece importantes laços construídos pelo grupo e os outros setores

da sociedade. O grupo provavelmente vem desenvolvendo através das práticas cooperativas e relações que reforçam a ideologia do movimento de luta pela terra e que defende o desenvolvimento completo dos trabalhadores do campo. O papel do Estado enquanto agente participante da rede integradora homem-sociedade-natureza significa um pequeno passo, que poderia até ser considerado mísero diante das fortunas destinadas aos grandes financiamentos a produtores da agricultura comercial. Porém, num esforço de destacar as iniciativas de desenvolvimento territorial entende-se que ao apresentar os resultados primários da pesquisa sobre as práticas agroecológicas no assentamento Contestado na Lapa foi possível destacar um modelo representativo de uma experiência positiva de alternativa à produção convencional.

A Cooperativa Terra Livre, motivando relações de confiança entre os atores sociais e configurando-se enquanto uma espécie de suporte e possibilidade de visibilidade social, pode ser entendida enquanto uma representação da união e organização do grupo. Seria uma espécie de demonstrar à sociedade que a ideia de desenvolvimento "egoísta" e "meritocrático" ainda faz parte de um capitalismo moderno que deve ser deixado para trás, mas que se faz necessário pensar em atribuir outros sentidos ao desenvolvimento, priorizando-se a inclusão e a justiça social, já que uma sociedade é feita da integração dos sujeitos sociais, no seu sentido mais sociológico e humano.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000. Disponível em <<http://www.emprende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participação/O%20capital%20social%20dos%20territórios%20repensando%20o%20desenvolvime.pdf>>. Acesso em 09/03/2017.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. I. **AGROECOLOGÍA: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128119/Altieri%20Agroecologia%20Livro.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Sobre o Pnae**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em 19 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **Reforma Agrária**. Disponível em < [http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria)>. Acesso em 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **Superintendência Regional do Paraná** – SR 09. Assentamentos: Informações Gerais, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **O MDS pra você**. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em < <http://mdspravoce.mds.gov.br/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos/>>. Acesso em 19 mar. 2017.

CAPITANI, Riquiele. **Produção de assentados no Paraná atenderá a 5 mil pessoas em 2015**. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2015/02/05/producao-de-assentados-no-parana-atendera-5-mil-pessoas-no-ano.html>>. Acesso em 17 mar. 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Uma Ciência do Campo da Complexidade**. Brasília- DF, 2009.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**: Ponta Grossa, 1998. pp. 91-113.

\_\_\_\_\_. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**: Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, maio/agosto de 2016. pp. 261-282.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2016.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=242>>. Acesso em 23 fev. 2017.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In MARQUES, Marta Inez Medeiros; FERNANDES, Bernardo Mançano; SUZUKI, Julio César. **Geografia Agrária: Teoria e Poder** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. pp. 19–37.

REIS, José. Ensaio da economia impura. In: \_\_\_\_\_. **Os Lugares e os Contextos: Tempo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas**. S/l: Almedina, 2010. pp. 211-240.

SOARES, João Paulo Guimarães; CAVALCANTE, Ana Clara Rodrigues; HOLANDA JUNIOR, Evandro Vasconcelos. Agroecologia e sistemas de produção orgânica para pequenos ruminantes. In: semana da caprinocultura e da ovinocultura brasileiras, 5, 2006, Campo Grande, MS. **Palestras e resumos**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte; Embrapa Caprinos, 2006. Seção palestras. 40 f. 1 CD-ROM. Disponível em: < [http://www.caprillvirtual.com.br/Artigos/agroecologia\\_embrapa.pdf](http://www.caprillvirtual.com.br/Artigos/agroecologia_embrapa.pdf). Acesso em 20 mar. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, v. 1, 1996. pp. 5-22.

TORINELLI, Michele. **Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de agroecologia**. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2016. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>>. Acesso em 19 mar. 2017.